O ESTADO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: uma análise a partir do golpe de 2016

Alda Venusia Alves de Oliveira[1]

Eryenne Lorrayne Sayanne Silva do Nascimento[2]

Celyane Souza dos Santos[3]

Maria de Fátima Leite Gomes[4]

RESUMO

Este trabalho apresenta uma leitura do Estado neoliberal a partir de uma fundamentação pautada no materialismo histórico e dialético de Marx. É uma discussão que problematiza o Estado no contexto do sistema capitalista destacando o fenômeno das políticas sociais e, especificamente, da Política de Saúde Mental, no período de 2016 a 2020. Dentre os principais aspectos a serem abordados, sinaliza-se a proposta da nova Política Nacional de saúde Mental do atual governo federal e suas implicações para a referida política, bem como, a elaboração de um pensamento crítico à influência do neoconservadorismo e do neoliberalismo à nova legislação da Saúde Mental. Assim, quanto aos procedimentos metodológicos do estudo em tela, buscou-se utilizar um referencial bibliográfico de natureza crítica, cujos objetivos são o de apontar as contradições entre a Reforma Psiquiátrica e o retrocesso desta a partir do golpe de 2016.

Palavras-chave: Estado; Neoliberalismo, Saúde Mental.

ABSTRACT

This work presents a reading of the neoliberal State from a foundation based on Marx's historical and dialectical materialism. It is a discussion that problematizes the State in the context of the capitalist system, highlighting the phenomenon of social policies and, specifically, the Mental Health Policy, in the period from 2016 to 2020. Among the main aspects to be addressed, the proposal of the new National Mental Health Policy of the current federal government and its implications for that policy, as well as the elaboration of a critical thought to the influence of neoconservatism and neoliberalism to the new Mental Health legislation. Thus, regarding the methodological procedures of the study

[1] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); aldavenusiaoliveira@gmail.com.
[2] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); eryennelorrayne@hotmail.com.
[3] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); celyanesouza1@hotmail.com.
[4] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); fatima.l.gomes2016@gmail.com.

in question, we sought to use a bibliographical reference of a critical nature, whose objectives are to point out the contradictions between the Psychiatric Reform and its setback from the 2016 coup.

Keywords: State; Neoliberalism, Mental Health.

1 INTRODUÇÃO

Pensar o Estado e refletir sobre suas complexidades corresponde ao principal objetivo deste trabalho. Entendendo a diversidade de interesses face as diferentes conjunturas, é possível concordar com a seguinte abordagem:

> (...) estudar o Estado é estudar uma arena tensa e contraditória, na qual interesses e objetivos diversos e postos se confrontam. No contexto capitalista, coexistem, nessa mesma arena, interesses tanto dos representantes do capital, em se reproduzir e se ampliar à custa do trabalho, quanto dos trabalhadores, em partilhar da riqueza acumulada e influir no bloco do poder[...] Para Marx o Estado é parte de dimensão superestrutura (política, cultura, ideias e condições subjetivas) que se ergue dessa estrutura, na qual prevalecem as relações de dominação. (PEREIRA, 2009, p.11/15)

Dentro dessa perspectiva, procuraremos analisar o Estado no contexto do sistema capitalista destacando o fenômeno das políticas sociais e, especificamente, da Política de Saúde Mental no período de 2016 (golpe) a 2020. Desde logo, vislumbramos como o Estado Brasileiro neoliberal, em tempos de crise, avança em contrarreformas através da redução de investimentos. Como diz Bravo, Peláez e Pinheiro (2018):

> (...) o documento Travessia Social 2016, denota a configuração de uma política focalista e restrita às populações mais vulneráveis ou agravos mais comuns, limitando-se à oferta do mínimo do mínimo". O referido documento ousa propor atingir a meta de 40% entre os mais pobres dos já pobres. Isto significa que uma grande parcela, cerca de 60% dos pobres serão excluídos e os setores médios, e os trabalhadores de diferentes extratos, deverão recorrer aos planos privados. Esta realidade reafirma o caminho do desmonte do que já estava precário, não se tratando, pois, de um ajuste/revisão, de um futuro incerto, mas a certeza de que o mecanismo montado para alterar a configuração do que foi construído é reafirmar a primazia do privado sobre o público." (2018, p. 16)

Consideramos pertinente o tema ora apresentado, evidenciando a importância e a necessidade do aprofundamento sobre o Estado e a Política Nacional de Saúde Mental neoliberal em tempos de crise e, então, podemos questionar como o atual retrocesso na estrutura da Política Nacional de Saúde Mental e o consequente

desmonte estão relacionados ao modelo capitalista e sua organização econômica. Para a fundamentação deste trabalho, foi realizada uma investigação bibliográfica dos autores da área de saúde mental orientados pelo materialismo histórico e dialético em Marx.

> O materialismo dialético é a abordagem metodológica para a compreensão deste real, para tanta busca captar os vetores do real – dinamismo, historicidade, provisoriedade, transformação; e, nesta captação, apreender os processos da prática social empírica dos indivíduos em sociedade e suas lutas de classes produtivas (FILIPPON et all apud EGRY, 1994; MINAYO, 2006)

O objetivo do artigo é analisar o Estado e a proposta da nova Política Nacional de Saúde Mental do atual governo federal e suas implicações para a saúde mental e para o conjunto da sociedade. Como resultado, construímos uma crítica à influência do neoconservadorismo e do neoliberalismo sobre a nova legislação da saúde mental e de suas implicações para a continuidade de um serviço substitutivo. Assim, esperamos que o trabalho contribua para a compreensão do cenário contemporâneo.

> "(...) a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. (...)" (ROSA, 2001, p.334)

2 BREVE HISTÓRICO: Do surgimento do liberalismo ao neoliberalismo no Brasil

A partir do declínio do sistema feudal e da orientação divina que fundamentava as estruturas políticas, entre os séculos XVI e XVII, iniciou-se uma discussão acerca do Estado (Behring, 2007 p.03) como instância emergente na formação social burguesa.

Nesse período histórico, houve clara distinção entre governo e Estado e, concomitantemente, também se diferenciaram da sociedade, consolidando o domínio sobre esta através de aparelhos burocráticos, legais, policiais e ideológicos, configurando o Estado absolutista monárquico.

> Na esteira dessas distinções, e como conquista de movimentos democráticos (também emergentes), surgiu uma primeira categoria de direitos de cidadania - direito civil – cujo principal objetivo consistia em impor limites ao domínio do Estado absolutista. Foi contra esse tipo de Estado, detentor de privilégios e repressor das liberdades individuais que igualmente se posicionaram os líderes do liberalismo clássico burguês. (PEREIRA, 2009, p.01) como diz Esping-Andersen, a insurgência liberal – burguesa se mostrou revolucionária. Afinal, os velhos sistemas de governos hereditários, protecionista e corrupto

> passaram a ser desmontado com a sua firme participação. (ANDERSEN, 1991 apud PEREIRA, 2009 p. 01-02)

No século XVIII a liberdade individual surgiu como forma de mudar a economia e a sociedade absolutista. O liberalismo passou a negar qualquer interferência do Estado ou dos governos nos assuntos privados, especialmente no mercado quando autores como Adam Smith defendiam a não intervenção do Estado na economia:

> A procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto seu desejo natural de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Uma mão invisível – o mercado – leva os indivíduos a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. [...] o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os "benefícios dos homens". Trata- se portanto de um estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõe a sociedade civil, na qual se localiza a virtude [...]" (BOBBIO apud BEHRING, 2011, p.59).

O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo as crises mundiais como a que ocorreu em 1929 que, na concepção marxiana, são manifestações das contradições capitalistas na busca incessante por lucro e superacumulação. Em contrapartida e em resposta ao avanço do liberalismo, ampliou-se a participação na vida política através do embate das relações de força e dos movimentos sociais, organização de sindicatos, partidos políticos de massa, ampliando essa mesma participação na vida política e o reconhecimento de direitos políticos. (BEHRING, BOSCETTI, 2011)

Outra crise mundial marcante foi a dos anos 1980/1990 como nos mostra Hobsbawm:

> o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época dos entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. Os países socialistas, agora com suas economias desabando, vulneráveis, foram impelidos a realizar rupturas igualmente — ou até mais — radicais com seu passado e, como sabemos, rumaram para o colapso. (HOBSBAWM, 2013, p. 19)

A sociedade brasileira passou por vários governos neoliberais, Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Estes governos apresentaram problemas na economia como grandes inflações,

privatizações, desemprego, subemprego, nas políticas sociais investimentos mínimos com um grande número da população vivendo abaixo da linha da pobreza,

> Ademais, a partir nos anos 1990 ocorreram significativas mudanças na economia global tanto do lado produtivo como do lado financeiro. Intensifica-se a financeirização nessa fase do capitalismo, quando a riqueza financeira cresce mais rapidamente do que a riqueza real, em decorrência da abertura dos mercados financeiros, impulsionando um forte movimento de concentração de riquezas. Multiplicaram-se os aplicativos financeiros que atravessam rapidamente as fronteiras geográficas, sem quaisquer regras ou controles, produzindo crises periódicas, como foi a de 2008, cujos efeitos ainda não se esgotaram (Chesnais, 2004 apud CARLEIAL, 2015).

O primeiro ano de governo do presidente Lula foi marcado pelo neodesenvolvimentismo, podendo ser reconhecido no investimento da economia brasileira incluída a economia globalizada quando se atraía investimento externo no que se refere a alta tecnologia. Naquele período o Estado se votou para a regulação do fluxo do capital, assim como para a adoção de políticas industriais ativas, protegendo setores estratégico e, ocorreu, em relação ao social, o investimento em políticas públicas como saúde, educação, saneamento, habitação, transporte público, emprego e salário. (CARNEIRO 2005, apud NOVELLI, 2014) Assim, podemos deduzir que o investimento no desenvolvimento perpassou pelo crescimento econômico, mas também pelo investimento em políticas sociais, como também no setor produtivo estatal, incluindo os fundos de pensão, apoiado por empresas estatais, em conjunto com o gasto público orçamentário. (COSTA, 2012 apud NOVELLI, 2014)

Por sua vez, no segundo mandato, o governo Lula

> (...)adotou políticas inspiradas no social desenvolvimentismo – Interrompeu as privatizações, substituiu pelos investimentos no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, pela mudança no papel do BNDS - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, no financiamento de longo prazo da economia brasileira, bem como na internacionalização da empresas brasileiras; pela volta do planejamento e pela reconstrução da administração pública federal; pela expansão das políticas sociais; do crédito bancário e de expansão ensino superior público ou de acesso à educação universitária.(NOVELLI, 2014, p.09)

Ao término destes mandatos foi eleita, em 2010, Dilma Rousseff primeira mulher presidente da república no Brasil – conforme Novelli (2012):

> O governo Lula teria se iniciado a transição de um regime de política macroeconômica voltado para a estabilização para um regime voltado para o crescimento e que no governo Rousseff estaria ocorrendo a consolidação deste novo regime: (...)temos um Banco Central com dois instrumentos: a

> taxa de juros e a taxa de câmbio; e dois objetivos: a inflação e o crescimento/emprego. Em vez de se ater à elevação da taxa de juros, como no regime anterior, recorre-se, hoje, além dos dois instrumentos clássicos, a medidas macro prudenciais e a outros instrumentos, como o controle de capitais e tributação do mercado futuro de taxa de câmbio, para evitar a apreciação cambial" (NAKANI, 2012, p. 49, apud NOVELLI, 2012, p.21).

O governo da ex-presidenta Dilma Rousseff apresentou uma linha de continuidade ao governo do seu antecessor e aliado político que consolidou uma nova forma de administração. Porém durante o seu governo ela enfrentou uma sociedade misógina, machista e preconceituosa em um momento em que

> A mudança adversa no cenário internacional em 2011 (governo Dilma) faz com que haja um desgaste – redução do crescimento dos países emergentes, crise do euro, desaceleração do consumo, reduziu a desoneração da folha de pagamento da classe patronal, objetivando estimular a criação de emprego e melhora da competitividade.(CARLEIAL, 2015)

Esse cenário contribuiu com o surgimento de críticas a esse governo, principalmente da elite capitalista do país – insatisfeita com a perda do governo por quatro eleições consecutivas e que tem, enquanto projeto de classe, a tomada do poder, aliada a grande mídia que contribuiu enormemente para que ocorresse a deposição da Presidenta. Os neoliberais com a elite – "donos do poder", se aliaram, forjaram uma a situação, o fato, e numa investida contra a democracia brasileira, a Presidenta Dilma Rousseff eleita pela maioria da população foi *impeachmada* num processo sem legitimidade sob a alegação de pedaladas fiscais, quando presumivelmente as pedaladas são utilizadas por todos os governadores. Tanto está evidente como uma a alegação inverídica que, dois dias após o impeachment, foi sancionada a lei que autorizava as tais pedaladas fiscais.

Não menos injustiçado foi o ex-presidente Lula – investigado em processos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ação penal envolvendo um triplex no Guarujá. O juiz Sérgio Moro condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão, tendo permanecido durante 580 dias preso. Atualmente encontra-se em liberdade. Vale salientar que não houve comprovação efetiva das acusações.

Certamente os governos petistas poderiam ter abdicado do reformismo, avançado no fortalecimento da cidadania e na transformação social, porém nada

justifica a tomada do poder como se concretizou em benefício dos banqueiros, grandes empresários – a elite.

Assim assumiu interinamente Michel Temer e se iniciou a era do retrocesso em todas as áreas no Brasil durante dois anos preparando um ambiente propício para que o seu sucessor mantivesse o acordo com a alta sociedade se mantivesse no poder. Com a eleição, assume o poder em 2019, Jair Messias Bolsonaro, um conservador fundamentalista como aponta Barroco:

> Em sua função ideológica o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes – no caso brasileiro -, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo.[...] ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos. (BARROCO, 2015, p. 624-626)

O Brasil segue como diz a canção de Moraes Moreira “lá vem o Brasil descendo a ladeira” [...] Descendo a ladeira dos direitos dos trabalhadores, avanço das privatizações, das desigualdades.

Atualmente alguns países do mundo e mais especificamente o Brasil passam por mais uma de suas grandes crises advindas de um Estado ultraneoliberal que podemos sintetizar e suas ideias como: o predomínio do individualismo, o predomínio da liberdade e competitividade, a naturalização da miséria, a manutenção de um estado mínimo, as políticas sociais não devem ser estimuladas porque, segundo essa concepção, estimulam o ócio e o desperdício e a política social deveria ser um paliativo – que deve ser minimizada através da iniciativa privada, assim não tem caráter de direitos sociais.

Seguindo essa lógica, os salários dos trabalhadores não deverão sofrer regulação, para que não haja interferência sobre o preço natural da força de trabalho, definido nos movimentos entre oferta e demanda no mercado. A destruição e o retrocesso têm nome – O Neoliberalismo e suas mazelas.

3 O ESTADO NEOLIBERAL E O GOLPE: a política de saúde mental e a crise

Na atualidade, diversos autores buscam relacionar o avanço das políticas consideradas neoliberais, como a privatização, desmantelamento das políticas sociais e financeirização com o processo de conservadorismo político e de extrema direita presente não só no Brasil, mas que avança em diversos países. Em resumo, há uma pergunta quase unânime sobre o Estado Brasileiro: como foi possível a (re)união do pensamento neoliberal do atual ministro da economia, Paulo Guedes, com o conservadorismo moral do Presidente Jair Bolsonaro[5]?

Se a pergunta é quase unânime, há um debate também próximo do consensual na resposta: as políticas de austeridade econômica e de enfraquecimento das políticas sociais combinam com a ascensão do pensamento conservador moral e de extrema direita no Brasil. A junção de temas como golpe de 2016 com a retirada do poder da presidenta Dilma, enfraquecimento da democracia, e ascensão de conservadores ao poder acentuando a crise econômica e política no país, cedeu espaço para que o processo de privatização e o acentuamento da desigual relação entre capital e trabalho no país fosse promovida, uma vez que após a saída da presidente Dilma, a Reforma Trabalhista foi a primeira a ser votada durante o governo do seu sucessor, Michel Temer.

> Desta vez tratava-se de implantar um Estado de exceção ao estilo de uma" ditadura romana". Ou seja, a ditadura de um governo de prazo limitado (dois anos), encomendado a fazer o trabalho sujo – construir para o capital a nova institucionalidade autoritária do "paraíso burguês" -, entregando o poder, em 2018, a um presidente eleito do bloco golpista no poder – de preferência do PSDB. As eleições de 2018 funcionaram como uma espécie de detergente do golpe [...] começa a prevalecer a nossa narrativa de que o golpe foi feito para retirar direito dos trabalhadores. (MENESES, 2018, p. 138)

O Golpe, embora não tenha sido militar, como bem lembra Meneses (2018), cria um novo "paraíso burguês" no Brasil. Sem políticas sociais, sem uma promoção de um Estado de bem-estar social, ganhava ascensão a construção de novas expectativas para a extrema direita que sonhava em aumentar novamente o

[5] Sobre a ascensão das forças de extrema direita e o projeto neoliberal pós segunda guerra mundial consultar BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

distanciamento social entre as classes, escondendo sob uma ideologia agora também moral e conservadora, a acumulação capitalista em detrimento da exploração da classe trabalhadora.

A política neoliberal, além de ser uma corrente econômica, é também uma maneira de ver o mundo. A lógica do individualismo, do cidadão como seu próprio empresário, a uberização das relações de trabalho, fazem com que seja dificultada a organização política, criando distanciamento da ideia de coletividade e de classe social. Esses aspectos também trazem consigo a xenofobia, o subemprego, o desemprego, a flexibilização do trabalho, a precarização das políticas públicas provocando um retrocesso político, social e econômico no Brasil.

Desse modo, é importante lembrar o papel da política social como criadora de um caminho inverso ao que o golpe de 2016 objetivou interromper:

> Entende-se a política social como resultado de relações antagônicas entre capital e trabalho, que são determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo desenvolvimento das forças produtivas. As políticas sociais não são capazes de superar a desigualdade social do modo de produção capitalista, mas geram alterações nesse padrão de desigualdade entre classes e, dessa maneira, provocam uma redução nas distâncias entre rendimento e acesso a bens e serviços (MACEDO, SANTOS,2019, p.113 Apud BOSCHETTI, 2016, p. 25).

No âmbito da Política de Saúde Mental, o desmonte continuou a partir da proposta de uma "**nova Política Saúde Mental**" que voltou a incluir os hospitais psiquiátricos, aumentando o seu financiamento; incluiu também as comunidades terapêuticas na rede de atenção psicossocial, contudo, congelou o financiamento dos Centros de atenção psicossocial – CAPS. A chamada "nova Política de Saúde Mental", prevê a compra de aparelhagem para eletrochoque, num visível retrocesso ao modelo hospitalocêntrico, segregador e excludente, perpetuando o enclausuramento e rompendo os laços sociais.

> Importante destacar a revisão feita na Política Nacional de Saúde Mental, a qual vinha em um processo gradativo de avanços e conquistas. A Portaria 3.588/2017 representa a interrupção dele, no contraponto do favorecimento à lógica da internação hospitalar e certamente com verba pública (a parceria público-privada). O questionamento se amplia e se soma à forma como o Ministério da Saúde trata: sem consulta ao CNS e ao Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, cuja posição é explicitamente contrária às alterações impostas pelo órgão público. Esta postura antidemocrática aparece como um Estado hoje apartado da sociedade civil, sem diálogo, sem troca e decidindo a partir de seus pares, próprio do que se denomina como a ideologia neoliberal. (TEIXEIRA, 2018, p. 42)

Sabemos das dificuldades que nos esperam diante de um governo ultraneoliberal comprometido com o grande capital e que tem por objetivo o desmonte de todas as políticas públicas. Nos inspiremos nas palavras de Pedro Gabriel Delgado (2019) em seu artigo “Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte”:

> O neoliberalismo autoritário que tomou o poder do Estado tem sustentações sólidas nas forças armadas, nas corporações de mídia, em parte da opinião pública, em parte das organizações religiosas, no judiciário. Privatização do Estado, desmonte do projeto de bem-estar social, pauperização, concentração de renda, punitivismo, cerceamento de liberdades individuais, acirramento do ódio e da desigualdade, são componentes do contexto trágico que estamos vivendo. A resistência deve partir de uma consciência aguda do momento político. Depois da defesa da democracia, combater a fragilização do SUS (o "SUS mínimo" proclamado pelo Ministro da Saúde) é tarefa da resistência. subfinanciamento do SUS e a privatização de setores propositadamente sub-regulados. Não tenhamos a ilusão de que os que defendem esta proposta são guiados por instintos de cuidado e proteção, palavras tão comumente utilizadas para defender as práticas manicomiais. O que de fato está por trás das novas propostas no campo da Saúde Mental é a visão mercadológica da saúde (DELGADO, 2019, p. 03).

Dentro dessa conjuntura tão bem definida por Paulo Delgado (2019), não poderíamos esperar outra medida partindo do atual governo e sua equipe, que recoloca em pauta modelos de tratamento ultrapassados e na contramão de diretrizes mundiais. Nise da Silveira, grande médica e precursora da terapia ocupacional, em 1944 já abominava as formas de tratamentos da época, dentre as quais o eletrochoque, negando-se a tratar seus pacientes de forma desumana e desrespeitosa, pautava seu tratamento no respeito, na liberdade e na habilidade de cada indivíduo como único (MELLO, 2014).

O Brasil não poderia retroceder tanto, depois dos grandes avanços e de tantos outros serem realizados. Construímos o processo de desinstitucionalização com programas específicos como o “De volta pra casa”, as residências terapêuticas, onde ambos não estão pautados apenas na desospitalização dos indivíduos, mas sim, na construção de práticas e saberes que produzam determinadas formas de perceber, entender e de se relacionar com os fenômenos sociais e históricos dentro do contexto da saúde mental. Para tanto, também é preciso problematizar as bases do saber

psiquiátrico e das funções sociais e políticas desempenhadas pela ciência, pelos técnicos e pelos hospitais psiquiátricos (SARACENO, 2001).

Diante do exposto, é possível observar que a crise gerada pelo neoliberalismo impulsiona contrarreformas que nas últimas décadas vem consolidando o Estado brasileiro ligado ao ultraconservadorismo e ao irracionalismo.

> É inegável que temos um conflito no qual a resistência em enxergar que o país mudou e que os incluídos nos últimos doze anos não recuarão de suas posições facilmente, em nada contribui para uma solução. Ao mesmo tempo a crise da democracia representativa, que é mundial, e que entre nós se revela no Congresso mais conservador dos últimos tempos, reforça o entendimento de que as alternativas para o encaminhamento dessa crise precisam ser negociadas. (CARLEIAL, 2015, p.15)

Assim nos parece ficar evidente que este Estado está cada vez mais voltado para o fortalecimento do mercado financeiro que consolida o “novo paraíso burguês” constituído com o golpe de 2016 e confirmado pelo Estado de exceção ao qual o Brasil sobrevive a cada dia.

4 CONCLUSÃO

A atual conjuntura brasileira está contextualizada dentro de um projeto de governo neoliberal de retirada de direitos da classe trabalhadora, e de privilégios ao capital financeiro nacional e internacional, que a partir de 2016 vem-se “[...] assistido na evolução do capitalismo o predomínio da política econômica sobre a política social [...]” (VIEIRA, 2007, p. 144).

Este projeto político de retirada de direitos e políticas públicas, não nos permite o embate pela conquista de novos direitos, antes temos que garantir os direitos até então conquistados e hoje ameaçados diante de um governo que visa um Estado mínimo, pautado na diminuição tributária, o que beneficia a elite, os grandes empresários, com a liberação do mercado, as privatizações das atividades econômicas.

Dentro dessa perspectiva, as contrarreformas perpassam por todas as políticas sociais, mas especificamente a saúde mental tem-se destacado a partir da retomada da lógica hospitalocêntrica, com métodos de tratamentos

ultrapassados como a eletroconvulsoterapia, o investimento em comunidades terapêuticas de cunho religioso, o retorno do hospital psiquiátrico como parte integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) além de financiamento para abertura de mais instituições totalizantes que historicamente tem violado os direitos dos usuários de saúde mental, e que em relação ao tratamento das drogas há um retorno ao Estado policialesco, em que o indivíduo é culpabilizado criminalmente, deixando de ser considerado como uma questão de saúde pública.

Assim, a luta da reforma psiquiátrica e da desinstitucionalização, que traz consigo tanto a crítica conjuntural, quanto e principalmente a crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas a partir das diversas denúncias de fraudes no sistema financeiro dos serviços, assim como de abandono, violência e maus tratos nos quais eram submetidos os usuários internados em hospitais psiquiátricos. Dessa forma, a mais de trinta anos conquistada, está sendo desmantelada, os retrocessos trazem de volta a mercantilização da saúde e da loucura e toda a perspectiva capitalista de interesses econômicos.

Portanto, essas reflexões aqui expostas, nos revelam a imprescindibilidade de um olhar crítico para o momento atual que o Brasil está vivenciando e traçar alternativas viáveis ao enfrentamento do neoliberalismo com o enfraquecimento do Sistema Único de saúde (SUS), e suas consequências na vida da população brasileira de maneira geral, e em particular os desafios da saúde mental diante do desmonte de sua política, e o que ela representa na vida de uma parcela da população invisível aos olhos do sistema capitalista, do mercado financeiro, que não podendo ser explorado com a sua força de trabalho, torna-se um ônus.

Nessa perspectiva, o que podemos fazer é resistir, lutar, não desvanecer diante das dificuldades impostas pela atual conjuntura neoliberal com todo significado de perdas diante do desemprego, uberização do trabalho, violência, o que potencializa o uso de drogas e um maior adoecimento psíquico e consequentemente o sofrimento de milhares de familiares e usuários de saúde mental. Sigamos sempre na luta!

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Scielo-Editora Fiocruz, 1998.

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1994.

AMARANTE, Paulo. Archivos de saúde mental e atenção psicossocial, 2. In: **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial, 2**. 2005. p. 222-222.

BAHIA, Ligia. Trinta anos de Sistema Único de Saúde (SUS): uma transição necessária, mas insuficiente. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00067218, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623-636, 2015.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2011.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; DE MENEZES, Juliana Souza Bravo**. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. Educação**, v. 153, p. 170.

BRAVO, María Inés Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argumentum**, v. 10, n. 1, p. 6-23, 2018.

COHN, A. **Estado e política social no neoliberalismo**/Asa Cristina Laurell (org.) 3°. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n. 2, 2019.

HOBSBAWM, Eric J. – **A era dos extremos**: O breve século XX (1914 -1991) - São Paulo, Companhia das letras, 1995, 2ª edição, 49ª reimpressão. Tradução Marcos santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13-38, 2017.

LAURELL, Asa Cristina. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 1995. p. 244-244.

MELLO, L.; DA SILVEIRA, Nise. **Caminhos de uma psiquiatra rebelde**. **Automática, Ed.). Brasil**, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento:** metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde. 1989.

MOREIRA, Moraes. **Lá vem o Brasil descendo ladeira**. Som Livre, 1979.

NOVELLI, J. M. N. **O neodesenvolvimentismo no Brasil: ideias econômicas sem poder político** [online]. Portal das Ciencias Sociais Brasileiras. 2014.

PAULA, Renato Francisco dos Santos et al. **Serviço social, estado e desenvolvimento capitalista:(im) possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional**. 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL–CFESS e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL–ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS**, 2009.

SARACENO, Benedetto. **Libertando identidades da reabilitação psicossocial à cidadania possível.** Rio de Janeiro: Instituto Franco Baságlia, 2001.

TEIXEIRA, Mary Jane Oliveira. A urgência do debate: as contrarreformas na política de saúde no governo Temer. **Argumentum**, v. 10, n. 1, p. 33-50, 2018.

TOMAZ, Marcilea. Saúde Mental, Álcool e outras: Política Proibicionista e Questão Social. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. In:**Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 2000. p. 328-328.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 5 e 6, p. 136-152.